

## Leituras Essenciais em Direitos Humanos: interdisciplinaridade em ambientes virtuais

### *Essential Readings in Human Rights: interdisciplinary in virtual environments*

Cristóvão Teixeira Rodrigues Silva<sup>1</sup>

Raimundo Sérgio Queiroz da Silva<sup>2</sup>

Teófilo Jeremias da Silva Costa<sup>3</sup>

Cinthia Hellen Soares de Barros<sup>4</sup>

Emanuel Davi Vieira Campelo<sup>5</sup>

**Resumo:** O projeto de extensão Leituras Essenciais em Direitos Humanos, ligado ao curso de Direito da Universidade Regional do Cariri (URCA), nasce no contexto pandêmico e consiste em encontros mensais com pesquisadores e lideranças sociais sobre temas relacionados aos Direitos Humanos e Fundamentais por meio de lives na plataforma de vídeos YouTube. Diante disso, a presente pesquisa busca debater as dificuldades de se propagar a educação em e para Direitos Humanos no ambiente virtual. A pesquisa tem como objetivo delimitar o conceito de Direitos Humanos e a necessidade de se construir uma cultura em e para Direitos Humanos. Busca também entender a importância do papel interdisciplinar dos Direitos Humanos. Culminando, por último, em entender a importância das redes sociais nessa construção. Para isso, usa-se as abordagens de revisão bibliográfica e documental, com o estudo de artigos, dissertações, leis e diretrizes educacionais. O contexto pandêmico trouxe a necessidade de se pensar as redes e mídias sociais como um espaço essencial para a difusão de conhecimento. Assim, o papel do projeto de extensão nesse contexto foi essencial, alcançando em cerca de 2 anos mais de 7 mil pessoas que cederam um pouco do seu tempo para se conscientizar sobre visões plurais acerca dos Direitos Humanos. Durante o período de realização, o projeto enfrentou diversas dificuldades técnicas ligadas à qualidade dos instrumentos utilizados para a live e à conexão com a internet, dificuldades essas que foram superadas graças ao trabalho em equipe dos alunos voluntários.

**Palavras-chave:** leituras essenciais; Direitos Humanos; interdisciplinaridade; redes e mídias sociais.

**Abstract:** The extension project Essential Readings in Human Rights, linked to the Law course at the Regional University of Cariri (URCA), was born in the pandemic context and consists of monthly meetings with researchers and social leaders on topics related to Human and Fundamental Rights through lives on the platform of YouTube videos. Therefore, this research seeks to discuss the difficulties of propagating education in and for Human Rights in the virtual environment. The research aims to delimit the concept of Human Rights and the need to build a culture in and for Human Rights. It also seeks to understand the importance of the interdisciplinary role of Human Rights. Culminating,

<sup>1</sup> Universidade Regional do Cariri (URCA). E-mail: [crystovao.teixeira@urca.br](mailto:crystovao.teixeira@urca.br)

<sup>2</sup> Universidade Regional do Cariri (URCA). E-mail: [sergio.queiroz@urca.br](mailto:sergio.queiroz@urca.br)

<sup>3</sup> Universidade Regional do Cariri (URCA). E-mail: [teofilo.costa@urca.br](mailto:teofilo.costa@urca.br)

<sup>4</sup> Universidade Regional do Cariri (URCA). E-mail: [cinthiahellen11@gmail.com](mailto:cinthiahellen11@gmail.com)

<sup>5</sup> Universidade Regional do Cariri (URCA). E-mail: [emanuel.campelo@urca.br](mailto:emanuel.campelo@urca.br)

finally, in understanding the importance of social networks in this construction. For this, the approaches of bibliographical and documental review are used, with the study of articles, dissertations, laws and educational guidelines. The pandemic context brought the need to think of networks and social media as an essential space for the dissemination of knowledge. Thus, the role of the extension project in this context was essential, reaching in about 2 years more than 7 thousand people who gave a little of their time to become aware of plural views about Human Rights. During the period of realization, the project faced several technical difficulties related to the quality of the instruments used for the live and the internet connection, difficulties that were overcome thanks to the teamwork of the volunteer students.

**Keywords:** essential readings; Human Rights; interdisciplinarity; networks and social media.

## 1 INTRODUÇÃO

O projeto de extensão Leituras Essenciais em Direitos Humanos, vinculado ao Grupo de Estudos e Pesquisas em Direitos Humanos Fundamentais do curso de Direito da Universidade Regional do Cariri (URCA), nasceu em 2020, durante o período da pandemia de Covid-19. O projeto consiste em encontros com pesquisadores e lideranças sociais sobre temas relacionados aos Direitos Humanos e Fundamentais por meio de *lives* na plataforma de vídeos YouTube.

O projeto surge como tentativa de propagar a educação em e para Direitos Humanos por plataformas que não seriam usualmente usadas para isso, buscando assim atingir o maior número de pessoas. Diante disso, a presente pesquisa busca debater as dificuldades de se propagar a educação em e para Direitos Humanos no ambiente virtual, mesmo competindo com um constante bombardeamento de outras informações.

A pesquisa faz-se necessária, pois a importância das redes e mídias sociais têm crescido no Brasil e no mundo, não se tratando apenas de um espaço de lazer e entretenimento, havendo hoje na internet forte papel educacional, que quando trabalhado da maneira correta, por meio de informações acadêmicas serias, pode servir para fortalecer também a educação em e para Direitos Humanos.

Nesse ínterim, a pesquisa tem como objetivo delimitar o conceito hodierno de Direitos Humanos e a necessidade de se construir uma cultura em e para Direitos Humanos. Busca também entender a importância do papel interdisciplinar dos Direitos Humanos, com a necessidade de se obter diversos pontos de vista diferentes

sobre a temática. Culminando, por último, em entender a importância das redes sociais nessa construção.

Para chegar a tais objetivos a pesquisa se utiliza dos procedimentos de revisão bibliográfica, com o estudo de artigos e dissertações, e revisão documental, com a análise crítica de diretrizes educacionais e legislações ligadas à educação em e para Direitos Humanos, caracterizando-se também, pela natureza dos seus dados, em uma pesquisa com abordagem qualitativa. Além disso, trata-se de uma pesquisa básica, que busca diagnosticar a realidade, sem, no entanto, apontar soluções específicas.

## 2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A presente pesquisa tem natureza básica, assim, propõe-se apenas a diagnosticar a realidade como ela é, sem, no entanto, se preocupar em propor soluções práticas para o que foi diagnosticado. A pesquisa conta também com a abordagem exclusivamente qualitativa pela natureza dos dados colhidos e observados, em sua grande maioria estudos acadêmicos, leis e diretrizes.

Os procedimentos escolhidos são os bibliográficos, por meio do estudo da literatura acadêmica, com o uso de artigos e dissertação, e documental, já que utiliza leis e diretrizes. A utilização de tais procedimentos decorrem da necessidade de se construir uma base intelectual que embase uma discussão aprofundada sobre a educação em e para Direitos Humanos e sua difusão nas redes e mídias sociais, destacando a importância dos projetos de extensão, a exemplo do Leituras Essenciais em Direitos Humanos, de se manterem presentes nesses espaços.

Quanto ao projeto de extensão Leituras Essenciais em Direitos Humanos em si, a metodologia se baseia na autonomia individual dos participantes, com a discussão e atribuição coletiva de responsabilidades, em um ambiente de exercício horizontal de relações dialógicas e democráticas. Por meio de um cronograma semestral, organiza-se as temáticas de palestras mensais, sempre relacionadas a Direitos Humanos, com professores, pesquisadores e/ou lideranças sociais escolhidas pelos próprios integrantes, especialmente ligados a questões regionais e atuais.

O tempo de exposição do palestrante é de cerca de 25 a 30 minutos, sendo aberto, após esse período, um tempo de aproximadamente 30 minutos para provocações e perguntas ao palestrante. A metodologia, busca, assim, propiciar novas visões acerca dos Direitos Humanos, contribuindo para uma educação em e para Direitos Humanos ampla e plural, abarcando diversas formas de pensar e agir.

### 3 REFERENCIAL TEÓRICO

A universidade é uma instituição secular que se encontra na base das modernas sociedades, seus objetivos se espraiaram para além do binômio ensino/pesquisa e almejam contribuir diretamente com as transformações salutares da comunidade em que está inserida (BITTAR, 2001). Nesse sentido, tornou-se uma diretriz obrigatória para essa instituição o valor produzido para o seu corpo docente e discente na relação que mantém com a sociedade.

O Brasil engajou-se nesse movimento e aprovou o Plano Nacional de Educação (PNE), Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014 (BRASIL, 2014), e, certo tempo depois, o Ministério da Educação editou a Resolução CNE/CES nº 7, de 18 de dezembro de 2018 (BRASIL, 2018) que estabelece as diretrizes básicas para a atividade extensionista no ensino superior. Essas normativas proporcionaram maior segurança e uniformidade não só no desenvolvimento da atividade como também em sua avaliação.

A idealização do projeto de extensão Leituras Essenciais em Direitos Humanos pretendeu confluir os objetivos da Resolução nº 7/2018 do Ministério da Educação com os do Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (PNEDH) (BRASIL, 2007):

- a) abordagem interdisciplinar dos Direitos Humanos;
- b) criação de espaços de exercício do diálogo como estratégia de formação universitária;
- c) aproximação do discurso acadêmico com os saberes populares;
- d) utilização de múltiplas linguagens na atividade educativa;
- e) exercício de práticas democráticas e dialógicas nas atividades em grupo;

- f) formação de profissionais do direito comprometidos com uma cultura de Direitos Humanos.

Professores e alunos do Grupos de Estudos e Pesquisas em Direitos Humanos e Fundamentais (GEDHUF), sob a coordenação do professor Cristóvão Teixeira, do Departamento de Direito da URCA, encamparam o projeto e realizaram as primeiras atividades no início do segundo semestre de 2020. Desde seu início até o fim de 2022, o projeto conseguiu atingir cerca de 7 mil pessoas dos mais variados rincões do Brasil, mantendo um vasto acervo em canal na plataforma YouTube (<https://www.youtube.com/@GEDHUF>).

### 3.1 Direitos Humanos

A temática central escolhida para ser trabalhada no projeto de extensão foi Direitos Humanos e Justiça, que, para além das inferências autoevidentes, merece ser aprofundada em todo o desenvolvimento do tripé universitário ensino, pesquisa e extensão. A ideia de que a compreensão do que seja os Direitos Humanos passa invariavelmente por uma experiência simultânea de cognição e prática permanece como guia do projeto de extensão.

Nesse sentido, o PNEDH diz que “A educação em direitos humanos é compreendida como um processo sistemático e multidimensional que orienta a formação do sujeito de direitos [...]” (BRASIL, 2007, p. 25). A multidimensionalidade dessa educação deve abarcar a avaliação dos conteúdos produzidos e distribuídos, mas, sobretudo, deve integrar uma experiência de vida que transforme as pessoas em plenos cidadãos.

O debate a respeito da natureza positivista ou não dos Direitos Humanos não é o foco dessa discussão, contudo, a teoria da Eficácia Horizontal dos Direitos Humanos (*unmittelbare Drittwirkung*) atribuída ao jurista alemão Hans Carl Nipperdey (ZANINI; QUEIROZ, 2021) é importante para entender a potencialidade da educação nessa área.

Segundo essa teoria, os Direitos Humanos não regem apenas as relações estabelecidas entre as pessoas e o Estado, mas, de forma precípua, entre as próprias

peças. Deixa-se de observar o fenômeno somente em sua dimensão vertical, entre o Estado e a sociedade, e verifica sua eficácia na dimensão horizontal, em meio à própria sociedade. Isso reverbera, por exemplo, nos casos em que escolas particulares expulsam alunos sem observar o contraditório e a ampla defesa ou casos mais complexos como recusa de locação a casais homoafetivos (NETO; SIQUEIRA, 2022).

A compreensão de que os Direitos Humanos regem as nossas relações pessoais sem a necessidade de interferência do Estado direta e constante para lhes dar efetividade é consequência lógica da teoria. Contudo, para que essa teoria possa vir a se concretizar no plano fático faz-se necessário que os agentes sociais passem por uma transformação de mentalidade, de vivências.

Código e leis já não são o bastante para assegurar nosso acesso à cidadania, nem nossos direitos intrínsecos à dignidade humana, é preciso haver uma ruptura de paradigma, precisamos construir uma cultura de direitos humanos (LOPES, 2019). A atividade extensionista desenvolvida pelo projeto pretende contribuir, em algum nível, com a ocupação de espaços e com a produção de conteúdo que evidencie a dimensão horizontal dos Direitos Humanos.

*Mutatis mutandis*, os direitos em espécie que são discutidos nos encontros virtuais não se enclausuram em um rol taxativo qualquer, visto que a gama de experiências pessoais possíveis tende à indeterminabilidade. As vivências dos convidados e dos participantes abrem um leque de questionamentos não previsíveis, e, tendo em vista os objetivos do projeto, são passíveis de serem analisadas sob o prisma dos Direitos Humanos.

A titulação de terras indígenas, o direito à cidade, os direitos da mulher, o populismo, a história regional, e a própria problematização do que seja Direito Humano são alguns exemplos dos temas já trabalhados. A metodologia e o prisma analítico utilizados conferem unidade temática sob a égide dos Direitos Humanos.

### 3.2 Interdisciplinaridade e redes sociais

A presença de diálogo entre saberes é ressaltada tanto no PNDEH (BRASIL, 2007) quanto na Resolução nº 7/2018 do Ministério da Educação (BRASIL, 2018). A forma de apresentar os Direitos Humanos está diretamente vinculada à experiência do conteúdo em discussão. Contemplar diversas áreas do conhecimento, formal e informal, com linguagens e perspectivas distintas, é indispensável na consecução dos objetivos propostos.

O hodierno debate público tem se centrado na potencialidade das redes sociais, tanto para os benefícios quanto malefícios possíveis. Esses ambientes virtuais conferem poder de eco para todos que queiram falar e ser ouvido, sem que necessite de aprovação ou filtro *a priori*. A publicização de opiniões e conteúdo de forma indiscriminada gerou uma onda de discriminação e discursos de ódio (PISCHETOLA; ANDRADE, 2016).

Pode-se dizer que há uma problematização emergente das redes sociais, pois quanto mais liberdade e sensação de anonimato há, mais as pessoas se mostram dispostas a veicular conteúdos ofensivos e criminosos (MARTINO, 2014). Isso demonstra que as redes sociais deram espaço para uma massa de pessoas com pensamentos anti-humanistas que antes estavam capsuladas em suas comunidades imediatas.

Essa constatação impele as universidades, através da extensão, a atuar na construção de um ambiente virtual mais saudável, com maior conscientização e educação em Direitos Humanos. A estratégia acertada não é a supressão, pois as ideias refratárias aos Direitos Humanos apenas submergirão para locais mais obscuros da internet. O debate aberto e a racionalidade dos argumentos devem educar e transformar as condutas:

A reiteração constante de valores ético-políticos nas redes sociais digitais servirá de muralha contra as tentativas de violações nesse ambiente, pois essas agressões deixarão de ser regra para se resumir a casos pontuais mais detectáveis e combatíveis (MORATO; MIRANDA, 2017, p. 285).

A linguagem que as pessoas usam para se comunicar e publicizar seus conteúdos na internet é um fator decisivo para a capilaridade e alcance do que se

veicula. Destarte, estão intrinsecamente unidos o fator virtual das redes sociais e uma metodologia interdisciplinar, que possibilite a mesma ideia ser compreendida por nichos sociais diversos.

A primeira medida tomada buscando um diálogo interdisciplinar foi estabelecer como diretriz do projeto convidar lideranças sociais, pesquisadores, professores, ativistas e outras pessoas com experiência e saberes para além da área jurídica. Isso possibilita um real diálogo entre o corpo discente do curso e agentes de outras áreas do conhecimento.

A mesma medida também incrementou de forma singular a interdisciplinaridade na linguagem usada para analisar direitos e demandas. Cada convidado contribui com uma perspectiva única sobre o conteúdo abordado ao mesmo tempo que o faz através de uma linguagem que é própria de sua origem.

A segunda diretriz adotada foi a construção coletiva do saber sobre Direitos Humanos, que partindo de diversas perspectivas atinge um objetivo caro ao projeto, qual seja, a participação ativa dos presentes. Preterir o modelo professoral de palestras propicia um diálogo mais franco e aberto e oportuniza a experiência vívida dos Direitos Humanos.

Alguns pesquisadores vão além da perspectiva tradicional sobre a interdisciplinaridade dos Direitos Humanos e a eleva a patamar de saber autônomo:

Os direitos humanos não são conteúdos de outras ciências, não são um pedaço da história, um capítulo da sociologia, um conteúdo do direito ou uma parte da filosofia; não são um acolhido de saberes, não devem ser tampouco um objeto de dominação ou de justificação social. Trata-se de um saber que impulsiona essas ciências a se reconstituírem a partir de uma nova referência, que problematiza seus próprios objetos do conhecimento, que se propõe, a partir dali, abrir-se a novas vias, para uma reconstrução e reapropriação do mundo do saber (MEDRADO; LIMA, 2015, p. 121).

Essa perspectiva recrudescer a emergência de unir forma e conteúdo nas atividades que tenham como temática Direitos Humanos e Justiça, porque não se trata tão somente de um conjunto de informações, mas de uma metodologia de educação e uma forma de viver, de tornar o direito eficaz na horizontalidade. A



experiência da Educação em Direitos Humanos, quando realizada em ambientes virtuais de maneira geral, enfrenta uma grande dificuldade.

Os conteúdos educacionais são pouco impulsionados, sua visibilidade fica prejudicada pela competição com o entretenimento e as discussões acaloradas. Chamar atenção para a importância da discussão sobre Direitos Humanos talvez seja o maior desafio nessa empreitada.

Contudo, pode-se dizer que houve significativo avanço da temática nos ambientes virtuais, pois as próprias plataformas foram impelidas a criarem filtros de conteúdo em obediência à legislação. A experiência do projeto de extensão Leituras Essenciais em Direitos Humanos pugna pela construção coletiva e aberta a respeito dos direitos, e, semelhante a outros projetos, tem ganhado seu espaço entre os internautas.

#### 4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Importante pontuar as dificuldades enfrentadas por docentes e discentes na adaptação às plataformas digitais, sobretudo para se manter uma qualidade mínima na execução dos trabalhos. A extensão, a seu modo, acabou por ajudar no processo adaptativo de uso dessas ferramentas, rompendo a estranheza que se apresentou num primeiro momento e tornou os mecanismos digitais aliados na produção universitária.

O trabalho inicia-se na definição da temática a ser abordada no mês em voga. Nessa etapa, apresentam-se os desafios próprios de atividades desenvolvidas de forma digital. O primeiro deles é pensar em um tema que seja inovador e convidativo à comunidade, a fim de fomentar a qualidade dos debates e possíveis pesquisas acerca do tema. Além disso, a escolha do convidado leva em consideração sua afinidade com o tema proposto e suas atuações junto à comunidade. Por fim, agenda-se a data da *live* no intuito de se obter uma maior adesão dos discentes.

A segunda etapa consiste na divulgação do evento. Logo, tem-se a elaboração de *cards* e formulários, os quais são amplamente divulgados nos grupos de WhatsApp dos discentes, além das redes sociais do Grupo de Pesquisa em Direitos Humanos

Fundamentais. Nessa etapa há um permanente acompanhamento das inscrições em curso e das necessidades de ampliação de mobilização para o evento.

Por exemplo, a *live* realizada em 19 de julho de 2022 intitulada de “Proteção do Ser Humano Trabalhador e Degradação do meio ambiente de trabalho”, contou com a participação da professora e doutoranda Ana Larissa (Figura 1):

**Figura 1** – Encontro virtual de 19/07/2022



Fonte: YouTube do GEDHUF (2022).

Nessa oportunidade, o encontro permitiu uma integração entre os discentes da URCA e da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). O tema em questão permitiu um amplo debate acerca de múltiplos aspectos do direito trabalhista, tais como os elementos constituintes da renda e do trabalho.

O contato com outros eixos do conhecimento pode ser percebido na *live* realizada em 28 de junho de 2022 intitulada “Dois Encontros: Fotografias e Direitos Humanos”, que teve como convidados a fotógrafa Nívia Uchôa e o fotógrafo Rubens Venâncio, da qual também participaram os extensionistas do “Expedições Fotográficas”, projeto de extensão que compreende o elo entre Direitos Humanos e Fotografia.

Figura 2 – Encontro virtual de 28/06/2022

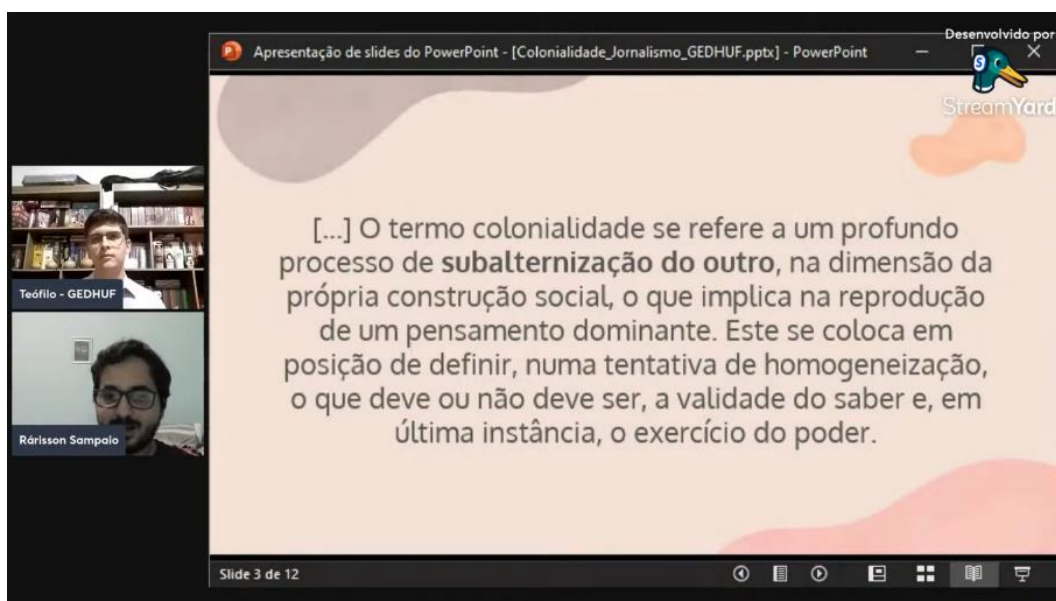


Fonte: YouTube do GEDHUF (2022).

Outrossim, tem-se a pluralidade temática como marcas das ações desenvolvidas pelo Leituras Essenciais em Direitos Humanos, correlacionando múltiplos campos do saber com o Direitos Humanos. Dentre esses encontros destacam-se o “Cosmologias indígenas, lutas por terra e o conceito de direito”, com o professor, ensaísta e poeta Renan Porto e “O direito à moradia como Direito Humano universal: dificuldades e perspectivas”, com a professora Ângela Kerley.

Os extensionistas, sentindo a necessidade de uma temática decolonial a ser trabalhada, promoveram a *live* intitulada “A depreciação da cultura e a reprodução da colonialidade no jornalismo científico”, que teve como convidado o professor e pesquisador Rárisson Sampaio (Figura 3):

Figura 3 – Encontro virtual de 6/4/2022



Fonte: YouTube do GEDHUF (2022).

Tornar a proposta atrativa aos discentes não inseridos no âmbito da pesquisa e da extensão, de modo a superar uma bolha de ensino restrito, ainda é uma das dificuldades enfrentadas pelo projeto. Nesse eixo, à dificuldade apresentada soma-se a questão do algoritmo que em demasiadas vezes acaba por fortalecer uma espécie de relação tribal, não permitindo o alcance dos assuntos.

Problemas de ordem marginal evidenciam-se na execução da atividade, o que ficou demonstrado nas falhas de conexão, nitidamente na baixa resolução das imagens ou falha no áudio, quando não há perda total da conexão, o que necessitava a reinserção de um dos membros na sala novamente.

Com efeito, a utilização das plataformas digitais permite um alcance e adesão de públicos diversos e contato com outras perspectivas. Todavia, o uso dessa plataforma também evidencia uma gama de desafios que precisam ser vencidos, quais sejam, as dificuldades se obter uma boa rede de conexão e o acesso aos equipamentos de melhor qualidade.

Analisando os resultados do projeto, pode-se afirmar que seu objetivo está sendo alcançado. Ora, apesar das dificuldades outrora relatadas, foi possível a construção de um espaço plural e livre para o estudo e exercício dos Direitos

Humanos com áreas diversas. Além disso, é inegável o enriquecimento cultural dos discentes extensionistas, que tiveram contatos com perspectivas singulares, distintas das aprendidas no formalismo da sala de aula.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A extensão universitária fortalece três fundamentos na formação do estudante, quais sejam:

- a) fortalece o vínculo aluno-instituição, de modo a contribuir na construção de análises e possíveis soluções de demandas;
- b) integra os discentes de diversos eixos de pesquisa e atuação, o que acaba por fomentar a interdisciplinaridade na academia;
- c) insere o discente na comunidade, contribuindo para a formação de um profissional consciente da função social e do impacto de sua atividade.

Nessa toada, o projeto Leituras Essenciais em Direitos Humanos consegue concretizar os objetivos propostos, haja vista a pluralidade temática e a estrutura horizontal do projeto, de modo a permitir uma construção dialógica do conhecimento com a comunidade.

Mister ressaltar que o uso das plataformas digitais, ainda que imbuído de suas dificuldades próprias, funciona como um catalisador na expansão do projeto, o que é constatado através da diversidade de origens e de perfis dos inscritos. Desse modo, a união da dimensão teórica e prática acaba por robustecer a extensão e seus resultados.

## REFERÊNCIAS

BITTAR, Eduardo C. B. **Direito e Ensino Jurídico: legislação educacional**. São Paulo: Atlas, 2001.

BRASIL. Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos. **Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos**. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2007. 76 p.

BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação-PNE e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, 2014. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm). Acesso em: 27 fev. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. Resolução nº 7, de 18 de dezembro de 2018. Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação - PNE 2014-2024 e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, p. 49-50, 19 dez. 2018. Disponível em: <https://www.in.gov.br/web/dou/-/resolucao-n-7-de-18-de-dezembro-de-2018-55877677>. Acesso em: 27 fev. 2023.

LOPES, Maria Marta da Silva. **Interdisciplinaridade dos direitos humanos: um olhar sobre a prática docente na educação básica da rede municipal de Goiânia**. 2019. 112 f. Dissertação (Mestrado em Direitos Humanos) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2019.

MARTINO, Luís Mauro Sá. **Teoria das Mídias Digitais: linguagens, ambientes, redes**. Petrópolis-RJ: Vozes, 2014.

MEDRADO, Aline; LIMA, Ricardo. Interdisciplinaridade como necessidade de articulação dos conhecimentos no campo dos Direitos Humanos. **ARACÊ - Direitos Humanos em Revista**, v. 2, n. 2, p. 105-126, 2015. Disponível em: <https://arace.emnuvens.com.br/arace/article/view/27>. Acesso em: 9 fev. 2023.

MORATO, Rafael dos Santos; MIRANDA, Marcelo Henrique Gonçalves de. A educação em direitos humanos e as redes sociais digitais: um diálogo necessário. **Revista Interdisciplinar de Direitos Humanos**, v. 5, n. 2, 274-286, 2017. Disponível em: <https://www3.faac.unesp.br/ridh/index.php/ridh/article/view/532/229>. Acesso em: 7 fev. 2022.

NETO, José Osório do Nascimento; SIQUEIRA, Eduardo Francisco de. Horizontalidade dos direitos fundamentais e recusa de locação a casal homoafetivo: um debate necessário ao estado constitucional. **Brazilian Journal of Development**, v. 8, n. 3, p. 17755-17776, 2022. Disponível em: <https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BRJD/article/view/45095>. Acesso em: 9 fev. 2023.

PISCHETOLA, Magda; ANDRADE, Marcelo. O discurso de ódio nas mídias sociais: a diferença como letramento midiático e informacional na aprendizagem. **Revista e-curriculum**, v. 14, n. 4, p. 1377-1394, 2016. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/curriculum/article/view/30015>. Acesso em: 25 out. 2022.

ZANINI, Leonardo Estavam de Assis; QUEIROZ, Odete Novais Carneiro. A eficácia horizontal e a relação dos direitos da personalidade com os direitos fundamentais e os direitos humanos. **Civilistica.com**. Rio de Janeiro, v. 10, n. 2, 2021. Disponível em: <http://civilistica.com/a-eficacia-horizontal-e-a-relacao/>. Acesso em: 9 fev. 2023.

Trabalho submetido em: 15 fev. 2023.

Aceito em: 15 fev. 2023.



Av. Tenente Raimundo Rocha nº 1639  
Bairro Cidade Universitária – Juazeiro do  
Norte – Ceará – CEP 63048-080

ufca.edu.br



Esta obra está licenciada com uma Licença [Creative Commons 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/).



proex.ufca.edu.br  
periodicos.ufca.edu.br/ojs/index.php/entreacoes  
+55 (88) 3221-9286

e-ISSN 2675-5335